

■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

Uma polêmica que merece debate

Maria Clara R. M. do Prado



Há no âmago do governo, no ciclo daqueles que mais próximo estão do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma polêmica não-resolvida que se arrasta há quase quatro anos.

Elá surgiu em 1º de julho de 1994, quando o Real foi lançado, e teve como alvo principal por muito tempo a política de valorização do câmbio. A questão de fundo, porém, é muito maior e opõe posições que nitidamente se situam em pólos extremos.

De um lado, a tese que privilegia as forças do mercado no âmbito do comércio exterior. Diminuem-se barreiras, eliminam-se tarifas e a taxa de câmbio é mantida artificialmente em nível alto para induzir a importação e todo o aumento de produtividade interna que dali poderia decorrer.

Seria essa a solução para melhorar o nível de competitividade do setor industrial do País e levar a economia para um novo patamar de desenvolvimento, desde que efetivamente implementadas as reformas estruturais necessárias à desobstrução de gargalos há muito sedimentados.

O déficit em conta corrente do balanço

de pagamentos é deseável e não assusta. Tem condições de ser facilmente financiado em uma atmosfera onde o capital internacional é abundante.

Essa foi a tese colocada em prática e que na verdade ajudou a jogar a inflação para baixo nos primeiros meses do Real. Uma aposta ousada e arriscada devido às limitações da economia brasileira mas o único caminho a seguir, na convicção de seus árduos defensores, simpatizantes dentro do governo do caminho liberalizante.

O sucesso dessa opção de política econômica ainda está para ser testado. Só quando se confrontar os custos e os benefícios acarretados, dentro de alguns anos, será possível saber se foram heróis ou se foram vilões aqueles que com unhas e dentes advogam a alternativa do déficit externo como a via mais recomendável para impulsionar o desenvolvimento interno.

No outro extremo, não houve refluxo. Aqueles que dentro do governo sempre defendiam a intervenção e uma política de comércio exterior baseada no incentivo e nos privilégios a determinados setores industriais sentem-se hoje ainda mais fortalecidos em suas convicções.

O ambiente de incertezas e de insegurança externa ajuda e, se persistir, poderá dar razão àqueles que nunca esconderam sua verdadeira ojeriza à política liberalizada de aumento de importações em detrimento das exportações.

Economia - Brasil

José Serra, um dos economistas mais preparados, que hoje ocupa a pasta da Saúde, não chega a regozijar-se. E nem poderia. Ainda é prematuro para saber o paradeiro que terão os desdobramentos externos. E, internamente, por ser talvez o mais político dos ministros próximos ao presidente, sabe que não é agora o momento oportuno para criar marola ou expor divergências.

Tem, no entanto, convicções políticas e visão sócio-econômica enraizadas na escola cepalina onde foi formado, quando se exilou em Santiago do Chile, entre 1965 e 1974. Ainda que tenha sido um crítico de muitos dos aspectos que envolveram o estudo da chamada teoria da dependência, Serra não esconde sua aversão àqueles que com desdém menosprezam hoje o processo de substituição de importações que tanto marcou a industrialização brasileira nas décadas de 60 e de 70.

Ontem, ao homenagear Aníbal Pinto e os cinqüenta anos de criação da Cepal (um órgão da ONU) no prédio do BNDES, no Rio, Serra deu vazão às suas crenças. "Fiz apenas uma honesta análise teórica e acadêmica, desprovida de qualquer objetivo de levantar polêmica com relação à política econômica do governo", disse ele a esta coluna.

De fato, não citou nominalmente nem A nem B. Também teve o cuidado de não colocar a questão no tempo presente, restringindo-se em sua fala a citar teoremas e teses de economistas estrangeiros. Mas teve a coragem de ser de público fiel aos princípios que defende

e não se furtou a combater o que chamou de "nova ortodoxia econômica", que aglutinaria hoje os que são por ele considerados mais liberalizantes do que os neoliberais.

Criticou a teoria monetária do balanço de pagamentos, baseada nas suposições de Harry Johnson, para quem a política monetária seria o principal instrumento para regular os movimentos do balanço de pagamentos. A idéia é, para Serra, pior do que se pregava antes em defesa de que o livre comércio tenderia a igualar o preço real dos fatores (salários incluídos) entre os países.

Tal idéia ganhou reforço com a extraordinária fase de abundância de financiamento exterior dos anos recentes e sua consequência, entende Serra, é a desmobilização das políticas específicas voltadas para o setor externo à custa de se arriscar o estrangulamento externo.

"Outra forma de ver essa teoria é que o movimento de capital é que determina a evolução da conta corrente, uma causalidade de baixo para cima que foi derrotada empiricamente no final da década passada e início desta, por economistas canadenses", diz Serra. A polêmica girava então em torno da tese de Jacob Wainer, segundo o qual o elevado déficit em conta corrente do Canadá decorria do grande afluxo de recursos externos.

Condenou também a identidade que se faz do déficit em conta corrente com o déficit do setor público. Não há aqui, crê, causalidade,

já que se trata de um "simples resultado". O déficit público seria uma consequência do aperto externo, pelo efeito dos juros elevados, e não o contrário.

Por fim, contestou aqueles que persistem em defender o teorema que procura explicar as vantagens comparativas do comércio com base nas dotações relativas dos fatores, "como se as importações ou as exportações fossem sempre determinadas pela disponibilidade de terra, mão-de-obra e capital".

Serra acha que um país pode ter na tecnologia uma vantagem comparativa que não tenha sido determinada pela sua dotação relativa de fatores. Essa vantagem comparativa pode ser, acredita, "construída" a partir de uma política industrial voltada para o comércio externo, que contemple até mesmo incentivos que operem como propulsores a uma maior competitividade no exterior.

São, como se sabe, posições totalmente antagônicas essas com as quais o presidente Fernando Henrique Cardoso é obrigado a conviver em seu governo. São nada mais, nada menos do que a consequência da história da vida acadêmica e mesmo temporal de cada um.

Desde que se tenha no todo do governo idéia clara sobre para onde se deve ir, nada de ruim há na divergência. Essa só ajuda a estimular o debate econômico do qual o País tem estado tão carente nos últimos anos.

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)